Capítulo XIII

A fronteira amazônica e o campesinato

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A fronteira amazônica e o campesinato. pp. 182-211. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo XIII

A fronteira amazônica e o campesinato

Caracterização geral

A não ser como mito e no curto período do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse. As estatísticas “naturais” sobre a Amazônia (mais de metade da extensão territorial do Brasil, a maior bacia hidrográfica do mundo etc.) eram parte essencial da crença no Brasil como o “país do futuro”. Mas sobretudo para os brasileiros do Centro-Sul era só; apesar de na região terem se montado certas estruturas sociais que englobavam, de qualquer maneira, uma população dispersa.

Escrevendo ainda na década de 50, eis como o antropólogo Charles Wagley (1967: 3/5) descrevia a região:

Essas áreas tropicais menos povoadas (fora da Ásia), como o vale amazônico, são de fato *fronteiras*. Atraem o nosso interesse não só por causa da sorte dos povos que as habitam, mas também devido aos seus recursos inexplorados, a sua terra nova e a sua potencialidade para uma ocupação futura.

O vale amazônico, quase tão grande quanto os Estados Unidos continentais, é uma das mais extensas dessas modernas fronteiras tropicais. É também, possivelmente, a mais esparsamente povoada de todas. O sistema de drenagem formado pelo grande Rio Amazonas e os seus muitos ‘tributários alcança seis nações sul-americanas (...). A maior parte do vale é brasileira (...). A região possui apenas metade da densidade populacional da Nova Guiné e contém doze vezes menos pessoas por quilômetro quadrado do que as áreas quentes e úmidas da África (...)

A vida econômica do vale é claramente “primitiva e estagnada”. As técnicas agrícolas utilizadas na Amazônia são principalmente as que foram herdadas dos índios nativos, a agricultura de queimada. Em 1939 menos de meio por cento da área total do Estado do Pará era cultivado, e isso era provavelmente um tanto alto para o vale como um todo. O transporte se dá através de lentas embarcações fluviais, a maioria das quais é movida a lenha. Existem apenas 1.600 milhas de rodovias e 238 milhas de ferrovias em todo o vale. A indústria é primitiva e quase inexistente. O comércio da região baseia-se na

coleta de produtos da floresta, tais como borracha, óleo de coco, peles e madeiras de lei tropicais. Serviços públicos, tais como esgotos, luz elétrica e abastecimento d'água são mínimos. Algumas pequenas cidades têm luz elétrica, e algumas outras já tiveram usinas elétricas que caíram em desuso. Até bem recentemente apenas Belém e Manaus possuíam sistemas de esgotos e de abastecimento de água, que eram claramente antiquados (...). Em vista de tais condições, é bastante compreensível que a região amazônica do Brasil não tenha aumentado de população de 1920 a 1940, enquanto o Brasil como nação experimentava um incremento populacional de 36 por cento.

Deve ser mencionado, no entanto, que gradativamente nas últimas décadas algumas mudanças ocorreram. A maior parte dessas mudanças por si não eram suficientes para alterar significativamente o quadro geral, mas tomadas juntas formavam os pré-requisitos de alterações mais fundamentais. A mitologia oficial em geral não as toma suficientemente em consideração, preferindo apresentar as ações recentes por parte do regime como uma espécie de manifestação de um “heroísmo civilizador” autoritário que praticamente transforma a natureza bruta em cultura. Certamente o que se tem feito recentemente através da ação estatal não tem sido apenas colocar novos rótulos em velhas garrafas, mas deve ser dito que pelo menos alguns dos ingredientes da mistura já estavam presentes.

Novas tendências alteram o quadro geral

Entre as ocorrências que anteciparam a ação recente pode-se mencionar a introdução e expansão do cultivo de pimenta e juta através de imigrantes japoneses, particularmente após a Segunda Guerra Mundial; a criação do Serviço de Saúde Pública durante a Guerra e de uma agência federal para o desenvolvimento da Amazônia no início dos anos 50; o começo da extração de manganês no território do Amapá durante os anos 50; o desenvolvimento da criação de gado em certas áreas, particularmente para o abastecimento de carne às cidades em crescimento de Belém e Manaus; e por último a abertura das estradas Belém-Brasília e Brasília-Acre no final dos anos 50, além da abertura de algumas estradas menores durante os anos 60.

Todavia, havia também outro e diferente gênero de ocorrência mais “espontânea” e extremamente relevante para a formação de um campesinato

na Amazônia. Isso tinha a ver com a continuação do movimento de camponeses nordestinos no Maranhão.

Já mencionamos esse movimento. Iniciou-se praticamente na década de 20 e pode ter sido consequência da disrupção da exploração da borracha, agindo como uma espécie de saída alternativa para o excedente populacional do Nordeste¹. A princípio tendeu a atravessar áreas já ocupadas, embora decadentes, do Maranhão próximo à costa. Mas com o tempo espalhou-se na direção das regiões de floresta dos vales mais para Oeste.

Esse movimento emprestou ao Maranhão traços particulares. Por exemplo, enquanto a população do Pará caía em termos relativos de 3,21 % da população brasileira total em 1920 para 2,17% em 1950, a do Maranhão subia no mesmo período de 2,85% para 3,05% (FIBGE, 1971: 82-83); o que significa ter crescido mais do que a média para o país. Outro traço importante é que com apenas 25,10% da sua população sendo considerada urbana em 1970 (FIBGE; 1971: 113) o Maranhão era o mais rural dos estados brasileiros. Isso torna o seu crescimento demográfico ainda mais significativo, visto como o padrão usual no Brasil como um todo tem sido as cidades crescerem às custas das áreas rurais.

Boa parte desse campesinato era bastante marginal. Plantavam sobretudo arroz, milho, mandioca, feijão para o seu próprio consumo. De certa forma ainda se tratava de outra face da moeda de um sistema no Nordeste ainda bastante repressor da força de trabalho, mas que estava tendo dificuldades crescentes em absorver a população.

A expansão desse campesinato marginal no Maranhão prosseguiu em grande parte sem que o país como um todo dele tomasse conhecimento. Foi somente com o relatório Furtado de 1959 que chamou-se a atenção para ele. Como vimos no último capítulo, a colonização do Maranhão era uma das principais diretivas da política de Furtado. Pretendia-se com ela aumentar a oferta de alimentos para o Nordeste e deslocar parte de sua população excedente. Como diz Hirschman (1963: 78):

¹ Afora isso a queda da borracha levou a uma reversão a atividades agrícolas sobretudo para o autoconsumo por parte dos nordestinos que já estavam na Amazônia. Em algumas áreas, tal como em torno de Santarém, esses núcleos continuaram mesmo a atrair certas levas de nordestinos. Ver Sondotécnica (1974).

A proposta feita por Furtado era uma tentativa de romper o impasse e o imobilismo de posições e interesses opostos (...). Essencialmente o mesmo pode ser dito sobre outra parte do programa de Furtado: a colonização das terras de floresta tropical do Maranhão. Tratava-se também de uma questão carregada de emoções, devido à tradicional relutância dos porta-vozes do Nordeste em conceber a emigração mesmo como uma solução parcial; (...) Na verdade o relatório de Furtado podia apontar que a emigração espontânea para o Maranhão já estava se dando. Os emigrantes estavam em geral dirigindo-se para uma agricultura isolada de subsistência. Era claramente desejável ajudá-los a se tornarem eficientes produtores de alimentos que permanecessem em contato comercial com as suas províncias nativas.

O argumento de Furtado era muito significativo do ponto de vista do desenvolvimento capitalista autoritário. Poderíamos traduzir o que dizia da seguinte maneira: tendo em vista que o sistema repressor da força de trabalho está vacilando e uma massa de camponeses marginais está se formando de qualquer maneira, seria preferível não os manter de fora, mas estabelecer vínculos com eles, ao mesmo tempo utilizando essa tendência espontânea para ajudar a apoiar as transformações necessárias do sistema.

Como voltaremos a mencionar adiante, o projeto da SUDENE para o Maranhão não foi bem sucedido. No momento gostaríamos de chamar atenção para o fato de que exatamente quando Furtado estava acentuando a necessidade de desmarginalizar o campesinato do Maranhão, era exatamente isso que estava se dando, embora os novos vínculos não fossem primordialmente com o Nordeste.

No início dos anos 50 a expansão camponesa no Maranhão começou a alcançar os limites da floresta amazônica próximo ao Rio Tocantins. Alguns dos camponeses começaram a atravessar na direção do Pará. As razões, para essa contínua expansão para Oeste eram múltiplas e é difícil saber a importância relativa de cada fator. O movimento contínuo do Nordeste para o Maranhão era certamente uma das razões. A agricultura de queimada, levando a uma redução na fertilidade do solo certamente contribuiu, além do fato de que consistentemente com a sua marginalidade esses camponeses não eram capazes de conseguir um título que garantisse a posse de suas terras. Quando surgia alguma dificuldade (tal como um fazendeiro ou um *grileiro* reivindicando a propriedade da terra, um certo

empobrecimento do solo, muitas pessoas chegando etc.) esse fato, combinado com a existência de terra virgem desocupada adiante, estimulava mais expansão. Isso, no entanto, não impedia algumas confrontações violentas entre esses camponeses posseiros e aqueles que tentavam expulsá-los. O mesmo, aliás, aconteceu em outras áreas de *fronteira*, tal como o Paraná e o Sul de Goiás, onde a presença nordestina, embora relativamente menor, era também significativa. Juntamente com o cinturão açucareiro do Nordeste essas zonas de posseiros em certos momentos críticos têm sido excepcionalmente maduras para a agitação política (sobretudo nos anos 50 e 60), embora nesse último caso isso tenha tido um caráter um tanto intermitente e localizado.

No final dos anos 50, todavia, exatamente no Maranhão ocidental e no sul do Pará, ocorreu uma mudança importante: a chegada da estrada Belém-Brasília. Nos anos seguintes outras estradas ligadas à Belém-Brasília foram também abertas. Tudo isso abriu oportunidades inesperadas para os camponeses comercializarem a sua produção. Assim, aconteceu algo de novo para o Brasil: *essa agricultura camponesa começou a ter um papel importante no abastecimento de arroz para o Centro-Sul*. Em 1965, 10% do arroz consumido na cidade do Rio de Janeiro vinha do Maranhão (CIBRAZEM, sem data: 169). Ao passo que os camponeses do Nordeste têm produzido sobretudo para mercados locais, esse campesinato de *fronteira* adquiriu, num período de tempo relativamente curto, um grau bastante alto de integração vertical com o mercado nacional.

É importante mencionar nessa comercialização de longa distância o papel dos caminhões, tornado possível particularmente com a sua construção no Brasil e a abertura de milhares de quilômetros de novas estradas (de início estradas de terra) a partir dos anos 50. Trata-se em geral de um pequeno negócio muito flexível, cuja eficiência em condições de atraso por si parece justificar a preferência por estradas de terra em detrimento de ferrovias nas condições de *fronteira*.

Como tentamos demonstrar em outro lugar (Velho, 1972), a posição dessa produção camponesa no mercado nacional parece ser sobretudo suplementar ao arroz produzido em termos capitalistas. O arroz é um elemento básico da dieta brasileira para todas as camadas da população. Nos últimos anos tendeu a ocupar o primeiro lugar em termos de valor entre os nossos produtos agrícolas, à frente do próprio café. Boa parte do arroz é

produzido em empresas capitalistas no Centro-Sul, particularmente em Goiás e no Rio Grande do Sul. Todavia, parece haver uma fatia variável do mercado que não é suprida pela produção do Centro-Sul. Isso teria a ver sobretudo com:

1. variações de produção devidas a fatores climáticos;
2. os custos de produção em empresas capitalistas combinados com o poder aquisitivo limitado de boa parte da população urbana em expansão;
3. a pouca elasticidade da demanda por produtos alimentares e os riscos de superprodução se todo o mercado é tomado por empresas capitalistas;
4. a tendência a manter-se uma taxa de lucro mais alta na produção para o mercado exterior (ultimamente sobretudo de soja e açúcar), forçando parcialmente o capital a desviar-se da produção para o mercado interno ou mantendo-o afastado.

É aí que parece entrar em cena a produção camponesa, embora até agora isso não tenha sido claramente compreendido e aceito. A lógica da produção camponesa sendo diferente da produção capitalista, é possível para o camponês vender o seu produto a preços que para o capitalista representariam um prejuízo. Aproximadamente nos termos de Chayanov, o camponês é capaz (e por vezes forçado) a trabalhar além do ponto em que a produtividade marginal se iguala aos custos de subsistência. A sua necessidade de utilizar plenamente a força de trabalho familiar permite, através de uma espécie de “sobretabalho”, que venda barato. Por outro lado, ao não se “remunerar” e a sua família, é também capaz de resistir melhor do que um capitalista a uma situação onde os preços são baixos ou onde não existem compradores para o seu produto, recuando para a subsistência.

Essa produção camponesa, considerada de qualidade inferior, é consumida pelas camadas mais baixas da população nas cidades. Além do mais, cada vez que a produção capitalista é reduzida ou então é parcialmente canalizada para mercados externos, abastece uma fatia maior do mercado. Dessa forma, embora o seu papel seja suplementar, é aparentemente vital.

Assim, esse campesinato parece estar gradativamente se desmarginalizando. Trata-se sem dúvida nessa escala de um fenômeno novo para o Brasil. Aparentemente pela primeira vez – e diferentemente do caso usual de camponeses marginais posseiros – esse neocampesinato tem justificado economicamente a sua existência; embora isso não lhe garanta automaticamente a sobrevivência. Juntamente com essa desmarginalização ocorre também um desenvolvimento da criação de gado e um aumento considerável no tamanho de certas vilas e cidades no Maranhão e sul do Pará não muito afetadas pela ocupação anterior de produtores marginais, mas que se desenvolveram como centros comerciais com a passagem de estradas por perto delas. A população da sede do velho e pouco importante município de Imperatriz no Maranhão ocidental, por exemplo, que não sofreu nenhum aumento significativo durante os anos 50, subiu de cerca de 3 mil habitantes no final dos anos 50 para quase 40 mil durante os anos 60. Tornou-se a segunda maior cidade do Estado, suplantando antigos e importantes centros como Caxias.

Esse campesinato foi por nós estudado no sul do Pará. Pode ser útil dar uma ideia sintética da organização da sua expansão e ocupação.

Desenvolvimento camponês “espontâneo”

Tradicionalmente muitos habitantes de uma grande área no sudoeste do Maranhão, particularmente aqueles que viviam próximos ao rio Tocantins, atravessavam para o Pará na época da safra da castanha-do-pará (sobretudo de janeiro a março). Aparentemente muitos dos camponeses marginais que estavam alcançando o Tocantins nos anos 50 foram se juntando a esse movimento e desciam o rio – em geral de Imperatriz – para Marabá. Com o tempo superaram em número os antigos habitantes ribeirinhos do sudoeste do Maranhão. As próprias características do trabalho agrícola e a variação anual nas necessidades de trabalho tornavam isso possível. Aos poucos, alguns começaram a ficar no Pará, mesmo antes da pressão demográfica tornar-se muito forte em torno de Imperatriz². Eram atraídos pela grande extensão de terras livres e pela existência de ocupações alternativas e complementares na coleta de castanha e na busca de diamantes nos rios. *Esses indivíduos constituíram a vanguarda da expansão*

² Para um estudo da expansão na área de Imperatriz ver Keller (1973).

camponesa na região propriamente da floresta amazônica, bem antes da Rodovia Transamazônica vir a atravessar a área.

Quando não estavam coletando castanhas³, penetravam nas áreas inexploradas da floresta. Aí inicialmente se dedicavam a um modo de vida caracterizado pelo predomínio de atividades de subsistência e por um alto grau de isolamento que os tornava ainda bastante marginais. Todavia, na maioria dos casos continuavam a alternar sazonalmente as suas atividades agrícolas com a coleta da castanha ou a busca de diamantes, o que era consistente com o papel de um campesinato marginal como um depósito de mão-de-obra, mas que abria também a possibilidade de uma certa acumulação a ser aproveitada na própria atividade de produtor independente. A medida em que a área se tornava mais conhecida, havia indivíduos e famílias que vinham diretamente de seus locais de origem, apenas passando por Imperatriz.

A sobrevivência dos ocupantes era facilitada pela coleta de toda espécie de frutos silvestres e pela caça e pesca. As peles dos animais caçados eram em geral vendidas. Em alguns casos os recém-vindos de início trabalhavam em grandes fazendas que estavam surgindo na época, mas em geral apenas o tempo suficiente para realizar uma pequena acumulação e para orientar-se devidamente.

Em outros casos a atividade inicial era a busca de minerais. Todavia, havia de fato uma convicção geral sobre as vantagens de trabalhar para si próprio. Mesmo quando coletando castanhas, preferiam os chamados “castanhais do município”, onde qualquer um podia coletar livremente, ao invés de trabalhar para um empregador. Esses “castanhais do município”, todavia, foram gradativamente invadidos pelos grandes “donos” de castanhais (que a partir dos anos 50 começaram também a criar gado) e isso constituiu um fator acelerador na passagem para a agricultura como sua atividade principal.

Esses indivíduos tenderam a penetrar para o interior buscando terra livre *longe dos rios principais* onde se concentrava a maior parte das

atividades tradicionais. Isso constituiu um fato *novo* e muito importante na ocupação da Amazônia, que imperceptivelmente anunciava uma nova era.

O seu padrão de ocupação consistia em indivíduos ou pequenos grupos de homens penetrarem na floresta, buscando um local favorável para se estabelecerem. Após uma busca que podia levar bastante tempo e exigir muito esforço, em geral escolhiam um lugar próximo a um riacho (*igarapé*) ou lagoa. Seria em geral num terreno que contivesse barro, considerado bom para a produção agrícola e para a criação de porcos, além de ser bom material de construção. Após os trabalhos iniciais voltavam para buscar as suas famílias, que estariam ou nos locais originais de partida ou num dos povoados próximos ao rio.

Em certos casos as unidades familiares mantinham-se muito isoladas, a horas de distância de outra unidade familiar ou comunidade. Um rádio era considerado um bem valioso. Em outros casos as distâncias eram menores ou pequenas comunidades rurais se formavam. Essa proximidade maior ou menor dependia da existência de terras desocupadas e também da existência de diferenças significativas na qualidade do solo ou de algum castanhal que não fosse de “propriedade” nas proximidades.

Embora fosse considerado desejável viver em condições menos isoladas, a formação de um agrupamento apresentava alguns problemas. Os moradores tinham de chegar a um entendimento sobre diversos assuntos que tinham a ver com o fato de que quando as pessoas se juntavam, embora a terra em geral fosse abundante dava-se uma pressão no pedaço particular de terra que ocupavam e paradoxalmente a questão dos direitos sobre essa terra tornava-se crucial. A criação de porcos oferece um exemplo particularmente claro disso, visto como os porcos tendem a invadir os campos. Era necessário decidir que ou ninguém criaria porcos ou que seriam cercados. Em alguns casos surgiam desacordos e era necessário dissolver o agrupamento, mas havia a tendência a desenvolver uma certa lei costumeira adaptada ao meio.

Seguidamente parentes ou famílias vindas do mesmo local tendiam a se estabelecer juntas. A partir dos anos 50 a abertura de algumas estradas de terra tornaram mais fáceis as comunicações. Para as distâncias mais longas os caminhões substituíram os animais ou a caminhada a pé. Em muitos casos as pessoas voltavam a seus locais de origem, seja para apanhar as suas famílias após os trabalhos iniciais ou para visitar parentes. A

³ Em Velho (1972) a intrincada rede comercial e de crédito e a organização da produção ligada à castanha são analisadas. A produção e o comércio da borracha são basicamente similares.

propaganda que faziam de seus novos agrupamentos muitas vezes faziam outras pessoas segui-las.

Quando um pequeno agrupamento demonstrava ter possibilidades de expansão, dependendo das estradas e caminhos que eram abertos podia tornar-se o *locus* para a comercialização inicial dos produtos agrícolas da área. Outros camponeses que estavam nas matas próximas podiam por vezes vir residir no agrupamento. Mais tarde, quando a comunidade se tornava capaz de oferecer algum tipo de instrução rudimentar para as crianças, um novo e poderoso fator polarizador surgia. Ou famílias inteiras então se mudavam para o agrupamento ou então enviavam algumas das suas crianças para ficar por uns tempos com amigos, compadres ou parentes. Isso não era considerado um estorvo pelas famílias que recebiam as crianças dada a importância do trabalho infantil, que pode ser bastante pesado e se inicia aproximadamente com a idade de cinco anos.

Devido a esse deslocamento para os agrupamentos (de certa forma equivalentes às “aldeias” européias), em alguns casos a terra de uma família poderia eventualmente encontrar-se não muito próxima à residência. Além do mais, havia as necessidades da expansão da própria comunidade, que com o tempo levava ao deslocamento dos primeiros campos. Os antigos moradores por vezes resistiam a isso, mas como havia um interesse geral na expansão da comunidade um acordo era em geral estabelecido ou imposto. Essa separação entre local de residência e local de trabalho tornou-se mais frequente a medida em que chegavam novos migrantes e a terra disponível já estava mais longe. Tanto os recém-chegados e os ocupantes mais antigos cuja terra já era menos fértil tinham então que decidir entre permanecer na comunidade ou ir morar próximos a terra. Quando podiam, os ocupantes mais antigos colocavam alguém em suas terras – em geral um recém-chegado – e ficavam alternando. Ou então o chefe da família poderia ficar na terra (por vezes com algum filho mais velho), mantendo o resto da família no povoado para onde se deslocava nos fins de semana. Por vezes, na medida em que prosseguia a expansão da *fronteira* um povoado podia parar de crescer ou até sofrer certa diminuição de população. A agricultura de queimada continuava a ser a regra geral, mas a partir de 1964 muitos dos ocupantes puderam conseguir títulos estaduais sobre a terra. Isso jamais havia acontecido antes no Maranhão e o seu significado não foi sequer compreendido claramente por alguns dos mais velhos que haviam chegado primeiro. Juntamente com a quebra do isolamento através da possibilidade

de comercializar os seus produtos utilizando as novas estradas, isso, de fato, anunciava a sua gradativa desmarginalização.

O tamanho médio dos estabelecimentos camponeses era de 100 hectares, o que era uma área considerável comparada com os minifúndios do Nordeste e poderia até resistir relativamente bem – devido à possibilidade de rotação – a mais primitiva agricultura de queimada. Em geral não mais do que dez hectares eram cultivados por ano. Arroz, milho, feijão e mandioca continuavam a ser os principais produtos. Todavia, na medida em que aumentava a comercialização da produção, a proporção de arroz que era cultivado aumentava também, os demais produtos sendo sobretudo para o autoconsumo.

Havia a crença entre os camponeses que os melhores solos se encontravam longe dos grandes rios. Como a ocupação anterior nessa área e em toda a Amazônia havia estado referida ao eixo dos rios, essa nova ocupação demonstrava o seu caráter radicalmente novo, mesmo antes do aparecimento local das grandes estradas, pelo fato de a sua referência ser o *interior*, onde estavam situadas as *terras desocupadas*.

Isso levou os camponeses a utilizar uma categoria extremamente significativa: a de *centro*. O centro era onde estavam localizados os campos dos camponeses. Era também definido no contexto de uma oposição à *beira* dos rios. A *beira* era compreendida como sendo o lugar onde se situavam os povoados maiores e mais antigos, o que se poderia referir como *civilização*. Em contraste, o *centro* ligava-se à ideia de *centro da mata*, mais próximo e em contato com a natureza incontrolada.

A *beira* – consistentemente com essa concepção – era considerada um lugar melhor e mais seguro para se morar, onde os pobres seriam capazes de sobreviver sem grande esforço, apenas pescando quando necessário e plantando para a sua subsistência próximo ao rio. Todavia, não poderiam fazer mais do que sobreviver na *beira*, embora isso o fizessem de uma forma bastante lazeirosa, de acordo com essa concepção.

Assim, a oposição *centro-beira* sintetizava uma série de outras oposições através da qual a *fronteira* camponesa definia a sua identidade ligada a uma expansão *continental* em contraste com uma expansão anterior predominantemente *fluvial*. A analogia numa escala reduzida como o tradicional dualismo brasileiro entre litoral e sertão e com a oposição

turneriana entre Leste e Oeste é clara, sendo que sobretudo em relação a essa última, não só em termos formais, mas na própria concepção do camponês de *fronteira* de si mesmo e da sua atividade.

<i>Centro</i>	<i>Beira</i>
1. Campos, roça	Cidade, vila
2. Predominância da agricultura	Predominância da pesca
3. Trabalho pesado	Trabalho leve, lazer
4. Próximo à natureza incontrolada	Próximo à natureza mais controlada e conhecida
5. Isolamento	Contato

Deve-se notar que essa oposição simples basicamente respeitava a dominância da *beira*. Na verdade, essa oposição na Amazônia era formalmente anterior à expansão camponesa, embora *centro* fosse então considerado o *locus* apenas de incursões passageiras, não ligado a atividades agrícolas permanentes. Isso é indicativo da autocaracterização inicial dessa *fronteira* como sendo *secundária*, sob a dominação de uma estrutura maior e anterior que não controlava.

O que leva ao aparecimento de um elemento perturbado! desse esquema de subordinação é exatamente o desenvolvimento, a partir de alguns *centros*, de *comunidades maiores* que tenderão com o tempo a serem chamados de *rua*. De acordo com os camponeses, não serão mais apenas um *centro* a partir do momento em que o crescimento das comunidades força o afastamento dos campos para longe das casas, seguidos pelos currais. Assiste-se assim a uma definição espontânea do que seja o “urbano”.

Até então em toda a história da área os povoados maiores necessariamente pertenciam à *beira*. Agora havia povoados que sem serem da *beira* do rio constituíam uma espécie de elemento de *civilização* na própria *fronteira* camponesa. Parece, no entanto, que com o tempo e a construção de novas estradas os novos povoados serão vistos como pertencendo a uma *beira* de novo tipo: a *beira da estrada*⁴. Isso pode resolver em termos for mais a contradição lógica surgida como desenvolvimento da nova *fronteira*, mas não esconderá o fato de que pela

⁴ Almeida (1974) já pode confirmar essa suposição, registrando na Transamazônica a categoria *beira-faixa* e acrescentando outras possibilidades, tal como a de *beira-pista*, referida a campo de aviação.

primeira vez iniciou-se a colonização efetiva de uma área do interior da Amazônia. A não ser por certas áreas próximas aos rios, na maioria dos casos nenhum verdadeiro movimento de *fronteira* ocorrera até então. O movimento tradicional gênero *frente de expansão* (Cardoso de Oliveira, 1967; Ribeiro, 1970) baseado em geral, na extração vegetal ou mineral tinha sido a regra geral e isso não levava a nenhuma ocupação permanente significativa da terra. Agora, pela primeira vez, está-se diante de uma efetiva *fronteira em movimento*.

Deve ser dito que essa ocupação camponesa não foi inteiramente pacífica. Devido a choques anteriores com coletores de borracha e castanha, os grupos indígenas já estavam muito reduzidos numericamente nessa área ao ser ela alcançada pela *fronteira* (nessa época talvez ainda uma frente de expansão) camponesa nos anos 50 e nenhum problema significativo surgiu da parte deles (Laraia e Matta, 1967); pelo menos do ponto de vista dos camponeses. Mas houve problemas com os grandes “donos” de castanhal e criadores de gado. Toda espécie de conflitos surgiram. Em diversos casos camponeses individuais e mesmo grupos inteiros foram forçados a deixar a terra que haviam cultivado sem receber nenhuma compensação. Por vezes era empregada a violência aberta com a destruição das plantações pelo gado e a queima das casas. Mortes também ocorriam. Mas quando uma área em disputa havia se tornado mais densamente povoada não era fácil livrar-se dos seus ocupantes⁵. Como em geral existem interesses em choque (econômicos e políticos) entre os “donos” de castanhais e criadores de gado, além de eventuais interesses comerciais e políticos na própria expansão camponesa, era às vezes possível aos camponeses encontrar aliados entre eles em casos específicos.

Os complicados canais de relacionamento entre a massa de camponeses e a classe dominante regional estavam frequentemente nas mãos duma camada superior de camponeses que surgira e que se poderia considerar como culaque. Em vista de sua importância econômica e política essa camada merece uma atenção especial.

⁵ Deve-se mencionar que na maioria dos casos os direitos dos “donos” de castanhal e criadores de gado até mesmo sobre a sua terra não disputada não são de forma alguma claros. A ocupação ilegal ou não legalizada de terra tem tradicionalmente sido a regra, não a exceção, na Amazônia.

Por origem eram nordestinos, tal como o resto dos camponeses. O que parecia distingui-los inicialmente era a importância do *comércio* para eles desde o início. E isso já serve para chamar a atenção para os seus vínculos de clientela com a classe dominante regional de comerciantes e “donos” de castanhais da cidade de Marabá. A maioria começou como pequenos comerciantes que compravam a sua mercadoria a crédito dos comerciantes de Marabá, vendendo-a também a crédito nos pequenos povoados camponeses em que viviam. Em alguns casos essa mercadoria era comprada por camponeses que iam atrás de castanhas nas áreas do município. Como uma das condições de compra era em geral venderem as suas castanhas de volta para os pequenos comerciantes locais que por sua vez as venderiam aos grandes comerciantes e “donos” de castanhais de Marabá, isso servia como uma maneira de através de uma rede de patronagem impor o controle desses últimos sobre os castanhais que não exploravam diretamente.

Todavia, também vendiam mercadoria a crédito para os camponeses que iam plantar. A agricultura tornou-se cada vez mais importante para os recém-chegados com o passar do tempo devido à redução na extensão dos castanhais do município e o crescimento no número de camponeses. Era comum os camponeses terem de se obrigar antes da colheita a vender o seu arroz a um preço fixado pelo comerciante em troca das mercadorias recebidas. Em alguns casos os camponeses recebiam em dinheiro antes da colheita. Isso ocorria, por exemplo, quando precisavam de dinheiro para pagar um trabalhador de fora da família na época da colheita ou tinham uma despesa inesperada (mas muito comum) devido na maioria dos casos a alguma doença na família. Como esse preço era sempre muito mais baixo do que aquele pelo qual os comerciantes vendiam o arroz posteriormente, tratava-se de um negócio muito rentoso para estes.

Mesmo quando o camponês era capaz de evitar vender o seu arroz adiantado (“na folha”), seguidamente tinha de vender aos comerciantes na época da colheita por não ter como armazenar a produção. Isso era particularmente o caso se morava fora do povoado e quando lá chegasse com a sua produção não pudesse esperar a chegada de compradores de fora (em geral os próprios *caminhoneiros* nos casos em que havia uma conexão direta por estrada com o povoado).

Esses pequenos comerciantes locais em alguns casos estavam também engajados em atividades de agricultura camponesa desde o início. Em outros casos não. Mas o fato é que gradativamente estenderam as terras sobre as quais tinham direitos (em geral em terras devolutas como os demais, mas às vezes por compra da posse de pequenos camponeses) e não só plantavam mais arroz do que a massa dos camponeses, mas também começaram a comprar algumas cabeças de gado⁶.

A sua posição era extremamente ambígua. Por um lado mantinham laços econômicos e políticos com a classe dominante, e por outro eram também camponeses, e viviam e tinham interesses em comum com a massa de camponeses. Essa ambiguidade aumentava a medida em que se envolviam mais na produção. Não só não podiam favorecer uma expropriação completa dos camponeses – pois o seu negócio dependia deles como clientela – mas também tinham os mesmos interesses em termos de garantir a sua terra contra forasteiros. Assim, em muitas das disputas que envolviam todo o campesinato eles forneciam a liderança. As principais figuras políticas da área eram também escolhidas entre eles; embora aqui mais uma vez isso em geral se devesse a sua posição de *intermediários* (*brokers*) na estrutura de patronagem regional.

Esquemáticamente, poder-se-ia distinguir três amplas camadas de camponeses na área:

1. A camada superior de culaques que acabamos de descrever. Utilizam mão-de-obra contratada permanente e assim por vezes torna-se difícil decidir se ainda são camponeses. Todavia, em face da extensão de suas atividades são claramente distinguíveis da classe dominante regional e parece ser difícil para eles acumular e estender as suas atividades além do ponto em que a criação de gado, por exemplo, torna-se claramente lucrativa de um ponto de vista puramente capitalista. São uma espécie de burguesia-camponesa e constituem cerca de 3% do total de camponeses.
2. Uma espécie de “campesinato médio” formado pelos camponeses que são capazes de evitar vender o seu arroz antes da colheita e que podem muito gradativamente comprar algumas cabeças de gado sem, no entanto

⁶ Tratando-se de uma região de floresta, a criação de gado é um tanto dispendiosa, pois ao contrário da criação de gado tradicional no Brasil tem-se de derrubar a mata, plantar o capim e cercar os pastos. Assim, a maioria dos camponeses não tem condições de criar gado.

– ao contrário dos culaques – substituir a agricultura como a sua principal atividade produtiva. Utilizam mão-de-obra temporária ou permanente extrafamiliar (em geral constituída de recém-chegados à área), mas nunca a ponto de torná-la mais importante do que a força de trabalho familiar. Constituem cerca de 15% do total.

3. A massa do campesinato, muito dependente dos pequenos comerciantes culaques. Podem eventualmente utilizar mão-de-obra extrafamiliar por ocasião da colheita. Nesse caso o trabalhador, em vez de salário ou diária, em geral recebe uma parte do que colhe, o que, tratando-se de uma área predominantemente camponesa onde é escassa a mão-de-obra alugada, pode chegar à metade. Essa força de trabalho em geral constitui-se dos próprios pequenos camponeses e de recém-vindos que ainda não demarcaram ou começaram a cultivar o seu lote. Todavia, o sistema mais usual é o dos vizinhos trocarem trabalho entre si.

Eis em síntese o tipo de campesinato que tem estado a se desenvolver e a se desmarginalizar no Maranhão e sul do Pará a partir sobretudo do final dos anos 50. Embora se trate de uma área relativamente pequena da Amazônia, demonstra uma tendência e os camponeses continuam a expandir-se para Oeste. O seu aparecimento marca um fenômeno bastante novo no Brasil. O fato de isso ocorrer apesar de o sistema dominante da *plantation* (ao contrário da Europa Oriental, por exemplo) não ter incluído originalmente um verdadeiro campesinato de massa, parece indicar uma conexão muito forte entre a transformação de um sistema repressor da força de trabalho em capitalismo autoritário e a existência de um campesinato.

Acentuamos o caráter “espontâneo” (em termos relativos)⁷ desse campesinato a fim de contrastá-lo com ocorrências que se ligam mais proximamente à ação do Estado que iremos agora discutir. Poderemos então retornar numa forma mais generalizada às relações entre o campesinato e o capitalismo autoritário.

A Rodovia Transamazônica, desenvolvimentos e debates paralelos

Em 1969-70 o Nordeste experimentou mais uma grande seca. Como de costume, novas medidas governamentais se seguiram. Todavia, se a seca

⁷ Almeida (1974) argumenta, corretamente a nosso ver, que a expressão “espontâneo” mascara as pressões bem concretas que *forçam* a migração.

de 1958 havia dado origem a uma abordagem regional integrada e à criação da SUDENE, a seca de 1970 (juntamente com a usual formação de “frentes de trabalho” de emergência para atenuar o desemprego de massa) produziu as primeiras grandes medidas a transcenderem o Nordeste. Após uma visita à região pelo Presidente da República, em março de 1970 foi anunciada a construção da *Rodovia Transamazônica*. Simultaneamente, vários outros projetos rodoviários foram anunciados, tais como a construção da Rodovia Cuiabá-Santarém, a pavimentação da Belém-Brasília e o apoio à rodovia estadual em construção ligando Manaus à Brasília-Acre.

Alguns meses depois, em julho de 1970, um Programa de Integração Nacional foi anunciado, substituindo de fato a abordagem desenvolvimentista predominantemente regional dos anos 60 por uma abordagem inter-regional. Migração do Nordeste para a Amazônia era o elo principal entre as regiões nessa abordagem. A imagem parecia ser que era lógico juntar uma região em que havia pouca terra disponível e um excedente populacional e outra em que havia abundância de terras e uma população rarefeita.

Cem quilômetros de cada lado das estradas em construção seriam reservadas à pequena agricultura. A ocupação de posseiros dentro dessa faixa em todas as estradas da Amazônia (um total de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados) seria reconhecida e legalizada. O objetivo inicial seria a transferência de 100 mil famílias (portanto cerca de meio milhão de pessoas) em cinco anos. O INCRA começou a por em execução um esquema elaborado para a ocupação da Rodovia Transamazônica, baseado nas agrovilas, agropólis e ruropólis. A Transamazônica foi o principal eixo escolhido para a colonização oficial e como tal veio a simbolizar uma nova era.

Imediatamente após o lançamento desses projetos um debate bastante intenso iniciou-se entre políticos, homens de negócios, proprietários de terras etc. A reação no Nordeste foi desfavorável, pois tudo isso significava uma transferência de parte dos recursos que eram canalizados para o Nordeste através dos incentivos fiscais. Além do mais, representava *a implementação pela primeira vez de uma política sistemática de transferência de grandes populações do Nordeste*. Isso pareceria ser o golpe final no sistema de repressão da força de trabalho, mesmo em suas formas transformadas. Os círculos dominantes nordestinos,

consistentemente com a sua posição tradicional, opuseram-se aos projetos, tomando a defesa de supostos interesses regionais e considerando essa política como uma espécie de “esvaziamento” do Nordeste.

Como dizia o aparentemente assustado governador de Pernambuco:

Valha-nos Deus nesta emergência histórica! Nós queremos a SUDENE forte, intocável, como foi proclamada pelo Presidente da República, para que possamos trabalhar de cabeça levantada, pensando no Nordeste novo e na integração do Nordeste com o Brasil rico do Sul. Nesta hora o que eu desejo de todos, na compreensão destes acontecimentos, é que todos juntos, desarmados, sem emoção, tenhamos reflexão para a hora que estamos vivendo. Ninguém é contra a integração da Amazônia, repito. O que vamos analisar é aquilo que está funcionando bem, aquela integração do empresariado na sua contribuição de imposto para transformar em empresa. Que se mantenha essa estrutura, essa integração de empresariado-governo com a participação de seu imposto, para que se possa reafirmar e construir um Nordeste novo (Morais e outros, 1970: 59).

Todavia, a crítica que carregava maior peso dentro do regime veio do ex-ministro Roberto Campos. Segundo Campos (Morais e outros, 1970: 105-131), um dos problemas com a construção da estrada era a ausência de interesse em verificar-se a sua “viabilidade econômica”. Além do mais, o fato é que o plano fora recebido com muito mais entusiasmo no Centro-Sul do que no Nordeste e na própria Amazônia. As pessoas nessas regiões pareceriam ser mais favoráveis à integração com o Centro-Sul desenvolvido do que à integração entre duas regiões miseráveis. Na opinião de Campos a estrada era mais valiosa politicamente do que economicamente (1970: 108) e representava certo passo atrás na direção de uma euforia nacionalista pouco razoável que lembrava a custosa construção de Brasília. Campos era a favor do controle da natalidade como um instrumento alternativo para lidar com a existência de um excedente populacional. Segundo ele, dever-se-ia ser mais paciente e não se iludir com respostas fáceis aos problemas da pobreza e do “subdesenvolvimento”. Na frase de Flaubert (que Campos utilizou como título de sua série de artigos jornalísticos a respeito do assunto) dever-se-ia evitar “*la rage de vouloir conclure*”. Na sua opinião haveria melhor alternativas para o desenvolvimento a um custo menor, que tinham a ver com a consolidação de projetos já em curso, além da

introdução do “planejamento familiar”. O valor sobretudo simbólico da Transamazônica não era compensatório.

Em contraste, o ministro da Fazenda Delfim Netto declarava (Morais e outros, 1970: 56 e 59):

O plano (de Integração Nacional) representa a conquista de um novo país, dentro da nação brasileira (...) Nós vamos empurrar a fronteira para a conquista de um novo País (...) Nós já dispomos dos recursos necessários para realizar desenvolvimento econômico; precisamos ter consciência de que dispomos desses recursos e precisamos ter os mecanismos para mobilizá-los a favor do desenvolvimento econômico. Por isto é que acreditamos nesta filosofia do Governo, que antes de fazer crescer com rapidez o capital, tenta utilizar o capital disponível; esta filosofia que antes de estar procurando poupar, tenta mobilizar a força de trabalho que já existe em cada um de nós. Esta filosofia de mobilização é que vai fazer deste País um grande país.

É interessante notar como a nova palavra-chave “integração” era utilizada por todas as facções dentro desse campo ideológico. E em contextos tão diferentes que seria necessário um grande trabalho de pesquisa discernir o seu pleno conteúdo como categoria. Na época tornou-se famosa a expressão “Integrar para não entregar”.

Na verdade o Plano de Integração Nacional surgiu não só no rastro da seca no Nordeste, mas também de uma série de discussões sobre o que se deveria finalmente fazer da Amazônia. O próprio fato de uma tal discussão ter se iniciado exatamente nessa ocasião com grande intensidade pode indicar que havia chegado o tempo, em face dos desdobramentos do desenvolvimento, de finalmente dar-se um passo decisivo na direção da Amazônia.

A discussão foi estimulada por um plano idealizado pelo Instituto Hudson e que era apoiado por Campos. Esse plano pretendia a formação de um imenso lago na Amazônia, através do represamento do Rio Amazonas. Isso faria desaparecer uma área enorme da região (onde se concentrava uma parte considerável de sua população) e criaria um potencial para a geração de energia elétrica, além de comunicações mais fáceis com território rico em minerais.

É curioso detectar a lógica subjacente às soluções pensadas pelos peritos norte-americanos e aos que se ligavam a eles: se existe um excedente populacional no Nordeste deve-se introduzir o controle da natalidade; se existe terra excedente na Amazônia pode-se construir um imenso lago. Pode parecer pouco razoável, mas é porque ao juntar as duas propostas percebe-se a sua lógica comum⁸.

A lógica governamental, que na verdade interpretava o pensamento de largas camadas, era diferente: deve-se juntar os dois fatores (trabalho e capital) que separadamente aparecem como sendo excedentes. É significativo como a opinião pública brasileira e o Estado – apesar de certas teorias simplistas da dependência – reagiram contra as propostas norte-americanas. De certa forma a decisão de construir a Rodovia Transamazônica representava uma reação simultânea a ambos os tipos de propostas estrangeiras para o Nordeste e para a Amazônia. A lógica capitalista autoritária foi bem expressa por Delfim Netto: a terra e o trabalho que possuímos são de certa maneira o nosso “capital”; o que precisamos fazer não é destruí-los, mas combinar e mobilizá-los. Um forte sentimento de que embora o tamanho da terra e da população possam apresentar um problema agora, são uma garantia para o futuro, é uma parte importante da ideologia e política do capitalismo autoritário no Brasil.

No contexto da discussão que havia começado e que havia tocado na delicada questão para a identidade nacional brasileira que a Amazônia sempre constituía, o governo foi capaz de mobilizar o sentimento nacionalista, neutralizando a esquerda nacionalista ao mesmo tempo em que

⁸ Um outro tipo de argumento enfatiza o grande volume de recursos e a sofisticada tecnologia (por hipótese inexistente no Brasil) necessários para a conquista da Amazônia. Já em 1952 Walter Prescott Webb em seu *The Great Frontier* (1964), após afirmar como que devido aos rigores do clima a Amazônia não poderia ser vista como uma *fronteira* do tipo clássico (1964: 25), apresentava claramente a sua conquista como sendo uma tarefa *internacional*: “Se os ditadores, reais e potenciais, não intervissem e – se os Estados Unidos gastassem o dinheiro que estão gastando na Europa e na Ásia no desenvolvimento das áreas de *fronteira* remanescentes de maneira que pudessem ser utilizadas, o ganho líquido para a sociedade seria enorme. Com essa vasta soma em dinheiro muito poderia ser feito abrindo-se a região amazônica do Brasil, os vales interiores da África e outras regiões onde as condições são tais que frustram os esforços de homens individuais. Um avanço no vale amazônico exigiria um exército de técnicos especializados (...) Uma tal operação recriaria o *boom* da velha *fronteira* numa pequena escala, e resultaria num ganho líquido para a riqueza do Mundo Ocidental” (1964: 416-17).

permanecia basicamente cosmopolita no seu caráter, já que inclusive essa colonização da Amazônia implicaria numa maciça participação estrangeira.

Campos tinha razão em muitos sentidos quando dizia que a Transamazônica era mais importante politicamente do que economicamente, embora o pouco entusiasmo por ele detectado no Nordeste e que tinha a sua contrapartida na própria Amazônia (Velho, 1972: 150), tivesse muito a ver com a perda de privilégios oligárquicos. Todavia, isso é consistente com o desenvolvimento capitalista autoritário. Na verdade a maior parte dos passos mais importantes no desenvolvimento brasileiro têm sido dados assim, o que não significa que sólidas razões econômicas não surjam posteriormente. Sem dúvida, no entanto, nenhuma análise ortodoxa de viabilidade econômica seria capaz de detectá-las. Em outubro de 1972 foi anunciada a construção da Perimetral Norte atravessando uma área que excluindo-se Manaus possui uma densidade demográfica de menos de um habitante por cada três quilômetros quadrados. A famosa “última *fronteira*” parecia finalmente ter sido identificada e atingida.

Colonização

Um elemento que parece faltar na apresentação por parte do governo dos seus planos para a colonização da Amazônia é uma afirmação clara de exatamente porque a colonização tornou-se necessária do ponto de vista do desenvolvimento. Como a ocupação passa por ser abstratamente como que o encontro com um “destino nacional”, é difícil explicar porque se daria *agora* e não em qualquer outro momento. Os simples argumentos sem qualificação a respeito de crescimento demográfico, urbanização ou desenvolvimento industrial por si não parecem convincentes. Não sendo fenômenos novos, não se sabe como “medir” quando esses fatores teriam que forçar o avanço da *fronteira*. Assim, poder-se-ia argumentar que a expansão da *fronteira* na década de 70 estaria destinada a ter mais uma vez o papel principalmente ideológico que foi o seu na década de 30.

Todavia, na verdade parece haver fatores operando no Brasil (sobretudo no campo) que podem ajudar a explicar mais concretamente o que se passa. Alguns deles já mencionamos quando discutimos os acontecimentos recentes no Nordeste.

Aparentemente em todo o Brasil tem havido uma tendência entre os grandes proprietários de terras a tirar os seus moradores (também chamados *colonos* no Sul) da terra e trabalhar apenas com mão-de-obra contratada para tarefas específicas e a curto prazo, se possível sem nenhum vínculo direto mas com a intermediação de um empreiteiro. Além do mais, seja através da mecanização, da escolha dos produtos a serem cultivados ou da mudança para a criação de gado, há uma tendência a evitar o uso de uma força de trabalho grande. Se fosse necessário fixar-se uma data para a generalização do processo esta seria 1963, quando foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural. Mas em geral pode-se dizer que está ligado seja à nova legislação, seja à tentativa de fazer aplicar a legislação. O receio, desde que passou-se a falar mais insistentemente em reforma agrária nos anos 50, de que a terra trabalhada por trabalhadores individuais poderia ser perdida pelo proprietário contribuiu consideravelmente. Tentativas de limitar a renda paga pela terra também tiveram um efeito similar⁹. Assim, paradoxalmente, todas as tentativas – em geral com a participação da Esquerda – de melhorar a situação das “massas rurais” teve o efeito oposto, contribuindo para destruir os seus refúgios tradicionais. Estruturalmente o que fez foi acelerar as transformações de um sistema repressor da força de trabalho para um sistema propriamente capitalista que já vinha ocorrendo. Uma população excedente já se tornara uma realidade muito antes dessas ocorrências recentes. No entanto, até então a situação não havia mudado consideravelmente para a força de trabalho que continuava submetida ao sistema de morador ou de colono; o qual, por sinal, ao acentuar a importância das relações hierárquicas de patronagem entre os trabalhadores individuais e os proprietários de terras não favoreciam a formação de coalizões horizontais.

Outro fator importante que contribui para dar um sentido concreto real à *fronteira* amazônica (além da redução na plantação de café no Centro-Sul e a sua substituição parcial pela criação de gado) é o fechamento da *fronteira* no Paraná. Tradicionalmente as fímbrias da *fronteira* eram sempre um lugar onde um campesinato marginal podia subsistir, ao mesmo tempo que preparava o terreno para a sua ocupação por grandes propriedades. Quando essas começavam a pressioná-los podiam ou tentar

⁹ Tal como no caso do Estado de Goiás, por exemplo, onde uma lei de 1946 estabelecia o limite em 20% da produção.

integrar-se como trabalhadores rurais (particularmente no caso do café) ou mover-se adiante até que o processo se repetisse, a minoria de mais afortunados realizando uma pequena acumulação com a venda de sua posse e benfeitorias. A partir dos anos 60, com o gradual fechamento da *fronteira* no Sul, esse padrão usual tem se tornado cada vez mais difícil de ser mantido, por vezes levando ao extravasamento de parte da população para países vizinhos.

Ainda outro fator têm sido os minifúndios. Isso não tem sido um problema apenas no Nordeste, mas se tornou bem generalizado, particularmente nas áreas dos estados sulinos ocupadas desde o século passado por imigrantes estrangeiros e os seus descendentes. Por um lado liga-se aos problemas usuais de fragmentação pela herança. Mas tem sido agravado pela valorização da terra devido ao surto de exportação de produtos agrícolas e carne (Sondotécnica, 1974: 53) e pela política recente que tenta acabar com os minifúndios restringindo a sua operação e impedindo qualquer compra ou venda de terras abaixo de um mínimo. Mesmo antes disso as condições já estavam se agravando com o desaparecimento de certos mecanismos de escape que permitiam a existência de um padrão através do qual no caso extremo todos os herdeiros menos um deixavam a propriedade familiar.

Um desses mecanismos de escape consistia em moverem-se para a *fronteira* próxima que já mencionamos. Outro tinha a ver com a absorção do excedente populacional rural nos centros urbanos.

Já mencionamos no capítulo 10 (*Marcha para o Oeste*) que a população excedente que migrava para as cidades a partir principalmente da década de 30 aparentemente desempenhava funções básicas para o capitalismo em crescimento, especialmente no setor terciário. Todavia, a partir aproximadamente dos anos 60, contemporaneamente com a passagem à dominância do cosmopolitismo, essas funções tenderam a tornar-se supérfluas e por vezes mesmo conflitantes com o grande capital. Por um lado, grandes empresas capitalistas começaram a tornar-se dominantes no próprio setor terciário, desalojando o pequeno negócio, não só devido a uma eficiência maior, mas também com uma boa ajuda da parte da legislação e da política governamentais. Por outro lado, os estratos inferiores, que haviam sido importantes como mercado para produtos industriais em fases anteriores do desenvolvimento capitalista, tornaram-se menos importantes a

medida que novos produtos (tais como automóveis) destinavam-se às camadas superiores e médias e que os produtos mais tradicionais (tais como sapatos, roupas etc.) eram parcialmente desviados para a exportação. Além do mais, a nova indústria (que desde os anos 50 vem substituindo as indústrias burguesas nacionais, muitas vezes isso implicando numa redistribuição espacial) são agora basicamente intensivas de capital e não só menos dependentes de uma massa de trabalhadores, não-qualificados, mas também tendendo a reduzir a um mínimo a mão-de-obra qualificada, possivelmente por razões que não são estritamente técnicas. Esses fenômenos têm chegado ao ponto de criar uma corrente minoritária de migrantes para a Amazônia constituída de pequenos comerciantes dos centros urbanos grandes e pequenos do Centro-Sul que não são capazes de enfrentar a competição do grande capital, os impostos e as restrições ao lucro por unidade vendida (Velho, 1972: 159, na nota de rodapé). E também tem sido observada ao longo da Transamazônica a presença de indivíduos que anteriormente eram operários em indústrias no Centro-Sul (Velho, 1972: 130, na nota de rodapé), inclusive operários qualificados (Sondotécnica, 1974: 54).

Esse desaparecimento gradual de um esquadro para a maior parte da mão-de-obra de origem rural nas cidades é extremamente importante. Obviamente essa “ausência de alternativas” para a força de trabalho fora da agricultura é apenas relativa. No caso dos operários especializados, por exemplo, a maioria provavelmente pode “optar” por serem rebaixados a serventes. Mas essa “crise” do mercado de trabalho urbano, nessas circunstâncias, permite revelar de uma maneira antes impossível a força da motivação por manter-se ou mesmo tornar-se um produtor independente no campo. Juntamente com a dominação anterior da *plantation*, as necessidades de mão-de-obra da indústria e setores correlatos contribuiu poderosamente para a ausência de um verdadeiro campesinato de massa no Brasil. Aparentemente, no entanto, a situação está agora mudando.

Durante os anos 60 houve um certo reforço da corrente já bastante forte entre os economistas que via a proletarianização e o domínio indiscriminado de grandes empresas modernas (tanto urbanas quanto rurais) como sendo o resultado natural e inevitável do capitalismo. Todavia, sobretudo a partir do final da década parece haver começado uma lenta reação na direção oposta, seja por receio das consequências de um tal desenvolvimento (que poderia levar à descolocação de grandes massas),

seja devido a uma certa reavaliação do que parecia ser um processo irresistível.

Como ilustração do primeiro caso poder-se-ia mencionar Ruy M. Paiva (1971: 218) para quem:

(...) forçar a modernização além desse limite (ou seja a uma taxa relativamente superior à taxa de crescimento do setor não-agrícola) resulta em maiores prejuízos para os agricultores tradicionais e em êxodo em escala nociva de agricultores para os centros urbanos que não podem absorvê-los economicamente.

Como ilustração do segundo caso pode-se mencionar Maria da Conceição Tavares (1972: 185-86), que desenvolveu a ideia de uma “heterogeneidade estrutural”:

Pensamos (...) que no caso do Brasil, embora possa existir um potencial produtivo suficiente para a homogeneização (OGV: do sistema produtivo), a presença de outras características essenciais de funcionamento do capitalismo dependente subdesenvolvido tende a *frear* a generalização do processo de incorporação e difusão do progresso técnico (...) para que existisse aquela tendência à modernização generalizada, hipótese de alguns analistas, seria necessário que uma proporção crescente do excedente global da economia voltasse, sob a forma de investimentos, aos setores não-modernos (...). Nas economias dessa região (OGV: América Latina), tanto a própria natureza das atividades dinâmicas quanto o caráter dominante dos grupos sociais que as controlam permitem manter uma maior taxa de rentabilidade relativa para os setores modernos em expansão, precisamente à medida que se mantenha polarizada a circulação do excedente, ou seja, que se restrinja a difusão do progresso técnico e de seus frutos.

Em uma nota que acompanha este trecho, Conceição Tavares refere-se explicitamente a sua descrença na possibilidade de uma modernização generalizada da agricultura entre nós.

Como essas afirmações são geralmente colocadas em termos da dicotomia moderno-tradicional ou do “progresso técnico”, não há uma referência direta a um campesinato. No entanto, a argumentação parece relevante para a ideia da formação de um campesinato no Brasil.

Isso, todavia, emprestaria ao campesinato uma função basicamente “passiva” na sociedade: evitar a superprodução e uma excessiva migração urbana, simplesmente subsistir onde o capitalismo não fosse capaz de chegar etc. Um outro argumento mais positivo pode, no entanto, a nosso ver, ser também colocado: como a taxa de lucro tende a ser mais elevada na agricultura de exportação do que na agricultura voltada para o mercado interno, sobretudo de produtos alimentares, o capital naturalmente prefere a primeira e a agricultura camponesa pode vir a ser a única resposta para preencher o vazio no mercado interno. Isso parece ser particularmente o caso devido ao fato de que o desequilíbrio no balanço de pagamentos, toda uma série de problemas com a produção e comercialização do café e a demanda crescente por certos produtos no mercado mundial têm ultimamente forçado o Estado a estabelecer um programa de diversificação de exportações agrícolas através de toda sorte de incentivos às empresas rurais capitalistas. Isso já criou uma escassez de alguns produtos básicos no mercado interno que poderia pelo menos em parte ser resolvida pela agricultura camponesa, que então ampliaria e afirmaria a vital função econômica complementar que o campesinato de *fronteira* aparentemente já ganhou no caso da produção de arroz (Velho, 1972).

Uma importante questão seria então: se a formação de um campesinato é “necessária” do ponto de vista do próprio desenvolvimento (e estabilidade) capitalista, quer isto dizer que seja também “automática”?

Três grandes correntes camponesas que se dirigem para a Amazônia eram distinguíveis nos primeiros anos da década de 70:

1. A corrente “espontânea” que discutimos e que está agora ocupando o noroeste do Maranhão e o sul do Pará.
2. Uma corrente “espontânea” na direção de Noroeste vinda do Centro-Sul para Rondônia e Acre através da Estrada Brasília-Acre. Em 1972-73 alguns milhares de migrantes estavam chegando lá todo mês e muitos outros já estavam avançando na direção da Estrada Porto Velho-Manaus. Vêm dos estados do Sul, embora muitos fossem originalmente de outros estados (sobretudo do Nordeste), donde anteriormente haviam se dirigido para o Paraná e São Paulo.
3. A colonização “planejada” da Rodovia Transamazônica levada a cabo pelo INCRA, particularmente entre os rios Xingu e Tapajós.

O fato de duas dessas três correntes serem bastante independentes da ação governamental recente (embora o seu volume, ritmo de expansão e de desmarginalização estejam correlacionados à abertura de estradas) parece mostrar que o movimento não é “artificial”.

Deve-se acrescentar a existência de uma quarta “corrente”, constituída por indivíduos que vêm se empregar em atividades assalariadas, sobretudo como peões nas fazendas de gado. Não constituem propriamente uma corrente não só porque dirigem-se a áreas muito diversas, como também dadas as condições extremamente variadas em que se colocam. Por exemplo, podem não só empregar-se em grandes projetos pecuaristas, como também encontrar colocação no próprio bojo das correntes camponesas; podem também estar ou não sujeitos à intermediação de um empreiteiro (*gato*). É importante notar, no entanto, como frisa Almeida (1974), que para esses camponeses a situação de peão é vista como *provisória*. O seu engajamento desta forma constitui uma maneira de realizar uma pequena acumulação para a seguir buscarem uma atividade independente como camponeses, o que lhes é permitido, tal como Marx havia percebido e comentamos na 1ª parte deste trabalho, pela própria situação de *fronteira*. Isto faz, aliás, com que mesmo as novas empresas capitalistas seguidamente regridam paradoxalmente a práticas de repressão da força de trabalho “arcaicas” para manter a mão-de-obra que lhes é indispensável. (Almeida, 1974; Velho, 1972: 81 e 98)

Mas o que está ocorrendo com essas diversas correntes camponesas? Nenhuma resposta completa pode ser dada no momento, por um lado devido à ausência de estudos sistemáticos de toda essa imensa região, por outro porque o movimento em grande escala ainda está em seus primeiros estágios e assim continuará ainda por vários anos.

Todavia, duas coisas são certas. Uma é que se trata de um movimento de grandes proporções e bastante independente de eventuais políticas governamentais. A outra é que a não ser nas áreas sob supervisão direta do INCRA existem poderosas forças ameaçando a reprodução dos camponeses enquanto tais. Apesar de que hoje essa pequena agricultura tem uma função positiva que na sociedade brasileira “agrária-exportadora” do passado não possuía, parece haver (e exatamente em face do recrudescimento da sua face agrário-exportadora) uma tendência a repetir o velho padrão da expansão territorial brasileira, os pequenos agricultores sendo

gradativamente substituí dos por grandes proprietários. Desta vez a pecuária é a principal motivação para o grande capital, atraído por uma escassez de carne no mercado internacional, pelas possibilidades por parte do Brasil de rápida expansão da criação, sobretudo na Amazônia (mais próxima dos principais mercados do que as tradicionais áreas exportadoras do Uruguai, Argentina e Sul do Brasil) e pelo interesse governamental na diversificação de exportações. Em alguns casos essa substituição já se iniciou e tem sido levada a cabo a força¹⁰. Tal é o caso, por exemplo, dos conflitos que vêm se dando há anos entre posseiros e alguns grandes complexos pecuaristas no Norte de Mato Grosso e que têm envolvido elementos da Igreja Católica.

Aparentemente o governo tem tentado concentrar os seus esforços na promoção da pequena agricultura nas áreas sob controle e orientação direta do INCRA e tem sido um tanto lento na defesa dos interesses dos camponeses fora dessas áreas. Por outro lado, o próprio desenvolvimento permite que certos setores burgueses apresentem propostas no sentido de substituir o Estado, voltando-se a práticas análogas às companhias particulares de colonização que dominaram na *fronteira* paranaense, mas agora com um predomínio mais evidente da grande propriedade. De qualquer maneira, a própria composição com o grande capital através de uma divisão de áreas parece um tanto desequilibrada, sobretudo porque os projetos do INCRA são muito dispendiosos e existem sérias razões para duvidar da sua aplicabilidade generalizada (Velho, 1972). Pareceria que um apoio modesto à ocupação “espontânea” seria mais eficiente em termos de uma colonização de massas. Seria também o teste da maturidade do capitalismo autoritário, que deveria ser capaz de manter o seu controle autoritário em última análise, ao mesmo tempo permitindo e auxiliando o florescimento relativamente livre de um modo de produção distinto dentro de certos limites. Todavia, até agora o INCRA tem tentado trabalhar nas partes mais desabitadas da Transamazônica, como que para evitar conflitos de terra que de qualquer maneira continuam a se avolumar, sobretudo em Rondônia e no Acre. Também devido a uma espécie de hiperautoritarismo o INCRA reluta em apoiar firmemente a expansão da *fronteira* sem controlá-la diretamente e na prática o seu planejamento se resume numa tentativa em evitar as consequências da transformação da *fronteira* física da Amazônia

¹⁰ Entre os métodos menos legais utilizados podem ser citados a falsificação de títulos de terra, a invasão das roças camponesas pelo gado, a queima de casas, acusações de subversão, a corrupção de funcionários, a agressão física etc.

numa verdadeira *fronteira* sociológica. Com essa atitude, no entanto, corre o risco de recuar cada vez mais, tornando-se de fato impotente em meio ao processo global de expansão da *fronteira* que parece agora bastante independente em relação a sua política.

O futuro do campesinato de *fronteira* na Amazônia no momento não está garantido. Ao mesmo tempo, não parece haver nenhuma alternativa razoável para o capitalismo autoritário no Brasil a não ser garantir o desenvolvimento desse campesinato de *fronteira* para combinar de forma consistente as várias medidas necessárias para a modernização agrícola. Mesmo porque, passado o período de euforia econômica que se prolongou até 1973, a atual recessão no comércio internacional parece arrefecer o entusiasmo pelos projetos capitalistas mais exclusivistas, os mais moderados entre os capitalistas hoje já pensando na necessidade de combinar a pequena e a grande propriedade, inclusive para buscar uma solução para o seu difícil problema de mão-de-obra na *fronteira*.

Uma razão adicional pela qual essa garantia à existência do campesinato parece necessária tem surgido ultimamente. O capitalismo no Brasil vem utilizando a agricultura desde os anos 30 como uma fonte sistemática para uma certa “acumulação primitiva” e isso por si tem limitado a capitalização na agricultura. Embora o setor exportador (café, açúcar etc.) tenha sido tradicionalmente fundamental para isso, devido a sua importância na canalização de divisas tem sido também protegido, e as medidas recentes favorecendo os exportadores são consistentes. O mais atingido na sua própria acumulação tem sido o setor responsável pela produção de bens alimentares para o mercado interno: os preços têm sido mantidos “irrealisticamente” baixos, assim permitindo uma reprodução mais barata da força de trabalho urbana. Essa é uma barreira poderosa à transposição para toda a agricultura do modelo industrial-urbano. As tentativas feitas nesse sentido imediatamente produzem sérias consequências inflacionárias e na prática (mesmo que não declaradamente) a tendência mais profunda é a ampliação de uma política que aumenta a diferença na taxa de lucro de certos setores da agricultura (exatamente aqueles que são mais importantes do ponto de vista das necessidades primárias da população) e a taxa geral, levando assim a que o capital tenda a abandonar, pelo menos parcialmente, esses setores, abrindo novas possibilidades para a agricultura camponesa. Mais uma vez, no entanto, essas novas possibilidades não se atualizarão “automaticamente”, pois os

setores mais lucrativos da produção rural tendem, nessas circunstâncias, a atrair capitalistas que desviam a terra (por vezes através de uma expropriação direta do campesinato) para esse uso mais lucrativo. Todavia, é claro que do ponto de vista dos interesses mais fundamentais do sistema como um todo (e mesmo da reprodução da força de trabalho), isso tem de ter os seus limites. E no caso de áreas decadentes que não se prestam a uma mudança de atividades, a tendência “espontânea” parece ser dos proprietários de terras abandonarem a produção direta, arrendando ou vendendo a terra a pequenos agricultores¹¹.

No momento (1974) o governo parece preocupado com a força “espontânea” do movimento camponês para as áreas novas, que pela sua própria condição de *fronteira* abre para o campesinato certas possibilidades dificilmente vislumbráveis a curto prazo e em escala comparável em outras áreas. Por outro lado, o governo se mostra também extremamente interessado em promover em prazo relativamente curto uma agricultura capitalista que ajude a equilibrar a balança de pagamentos. Na ausência de uma política global já plenamente estruturada, é de se imaginar que ainda se vá assistir a alguns movimentos pendulares da política até atingir-se um ponto de equilíbrio, já que nem a agricultura camponesa nem a capitalista, isoladamente, têm condições de cumprir as funções reservadas para a agricultura.

Tudo isso serve para mostrar mais uma vez que no capitalismo autoritário o que é necessário não é sempre automático, mas depende de uma implementação política. O problema de se essa implementação política será levada a cabo ou não é em si mesmo uma questão básica para a compreensão das possibilidades abertas para o futuro do capitalismo autoritário no Brasil.

¹¹ Isso parece análogo ao que Chayanov descreveu para a Rússia. Segundo ele, após 1861 “os camponeses, com uma escassez relativa de terras, pagavam mais pela terra do que a renda capitalizada na agricultura capitalista” e isso inevitavelmente “levou à venda de grandes propriedades territoriais aos camponeses” (Chayanov, 1966: 28).